

GT2 - Filosofia, Cristianismo e Educação

A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA E ÉTICA CRISTÃS NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

- **MARIA ELISA DE MATTOS PIRES FERREIRA**

Doutora em Educação (PUC-SP); Professora e Pesquisadora do Centro Universitário FIEO (UNIFIEO) – Osasco (SP)

E-Mail: elisamattos@terra.com.br

- **ALEXANDRE MARCOS DE MATTOS PIRES FERREIRA**

Graduando em Filosofia (USP-SP) / Mestre em História da Ciência (PUC-SP);

Professor do Centro Universitário FIEO - (UNIFIEO) – Osasco (SP)

E-Mail: aleferreira@unifieo.br

ABSTRACT

The objective of this work is to argue the importance of the Christian philosophy and ethics in the constitution of the Brazilian Education. In this way, the text speaks about the meaning that *Ratio Studiorum* document had in the colonial times. After this, it says about the influence of the Catholicism in the constitution of the Brazilian Education since the moment that the Jesuits had abandoned Brazil, at 1759, still in the colonial period, until the Announcement of the Republic, in 1899, as well as the participation of protestant Christian philosophy and protestant Christian ethics had in the educational organization in our country. The proposal is justified because of the characteristics that Brazilian education has and the importance that the Christian groups, Catholics and Protestants, also have in the Brazilian educational scene. We expect that this work will contribute for all that will read it, particularly for who is beginning in this subject.

Key Words: **Christian philosophy; Christian ethics; Brazilian education**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a importância da filosofia e ética cristãs na constituição da Educação Brasileira. Para tanto, parte-se do significado do documento *Ratio Studiorum* nos tempos coloniais. A seguir, aborda-se a influência do catolicismo desde a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, ainda no período colonial, até a Proclamação da República, em 1899, bem como a participação da filosofia e ética cristã

protestante na organização educacional em nosso país. A proposta se justifica diante das características da educação brasileira e da importância que os grupos cristãos, católicos e protestantes, possuem no cenário educacional brasileiro. Espera-se que o trabalho possa contribuir clarificando para os interessados, particularmente para os iniciantes no assunto, os laços existentes entre filosofia e ética cristãs e a educação nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia Cristã; Ética Cristã; Educação Brasileira

Introdução

Para tratar da importância da filosofia e da ética cristãs na constituição da educação brasileira, vista em sentido amplo, sentimos a necessidade de contextualizar o tempo em que o Brasil emergiu no cenário europeu e nele situar a Companhia de Jesus e o seu famoso documento educacional, o *Ratio Studiorum*. Iniciaremos comentando alguns acontecimentos que circundaram o chamado “Descobrimento” (22 de abril de 1500), dentre os quais o movimento da Reforma Protestante e a fundação da Companhia de Jesus, destacando sua importância para a organização da educação em Portugal e colônias. Em seqüência, discutiremos a influência do catolicismo na construção do ensino nacional após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, em 1759, ainda no período colonial, até a Proclamação da República, em 1899. Paralelamente, destacaremos a participação da filosofia e ética cristã protestante na educação em nosso país, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Optamos pelo percurso descrito por nos parecer o melhor modo de atender aos propósitos de nosso trabalho.

A Europa nos finais do século XV e inícios do XVI

Para compreendermos o ambiente vivido em Portugal nos finais do século XV e inícios do XVI, buscamos subsídios num trabalho de Barros (2006). Esse estudo nos possibilitou caracterizar o ambiente econômico, político e social da época, desvelando-nos o clima de confronto que havia se instalado entre os judeus recém-convertidos ao catolicismo (cristãos-novos), chegados de outros países, e a burguesia local, tradicional, que sentiu seu *status quo* ameaçado. Embora esses eventos tenham ocorrido na cidade do Porto, nós os trouxemos à discussão como uma amostra representativa do que ocorria em Portugal como um todo.

O texto de Barros (2006) relata o alvoroço que, nos finais do século XV, a eleição de um cristão-novo para ocupar um cargo público provocou na sociedade portuense. O alarido era justificado porque até então essa colocação podia ser ocupada somente por quem pudesse “dar provas de limpeza de sangue” (BARROS, 2006, p. 59).

Durante todo o século XV, os católicos detiveram o poder econômico e político da região. Tratava-se de algumas dezenas de famílias formadas por mercadores, proprietários de navios, ourives, cambistas e agentes do fisco, todos descendentes de povos ibéricos. Seus costumes se assemelhavam aos da nobreza, possuindo, até mesmo, símbolos heráldicos. Formavam um conjunto hermético, marcado pela hereditariedade. Gostavam de ostentar a riqueza que possuíam, vangloriando-se das terras que adquiriram graças aos empreendimentos comerciais.

Apesar da prosperidade aparentemente inabalável, no final do século XV esse grupo começou a perder a hegemonia comercial. Tudo indica que o fator decisivo para a decadência econômica da burguesia católica tenha sido a decisão do monarca D. João II em investir na expansão ultramarina. Grande parte dela avaliou mal a situação e concluiu que era muito arriscado participar desse projeto, por isso preferiu manter sua atuação junto aos mercados internos da Europa. Ao dar conta do equívoco da escolha, era tarde para recuperar todo o espaço perdido. Após muita luta, conseguiu minimizar a gravidade da situação, mas já estava irremediavelmente enfraquecida (BARROS, 2006).

Nessa ocasião, finais do século XV, chegavam a Portugal muitos judeus e cristãos-novos expulsos de Castela (Espanha). A cidade do Porto foi uma das preferidas para a instalação dos refugiados, graças à relativa segurança que lhes oferecia. Se foi bom para Portugal a vinda dessa gente, para a burguesia católica foi uma real ameaça: os judeus e cristãos-novos recém-chegados possuíam energia suficiente para renovar a economia.

Paralelamente a esses fatos, outros de suma importância ocorriam, destacando-se dentre eles as muitas críticas à Igreja Católica. Por toda a Europa, os conflitos e as divergências de posições no interior da Igreja, iniciadas no século XV, cresceram a ponto de provocar, no século XVI, uma cisão na cristandade. Ao longo da História, a Igreja foi se tornando muito frágil quer moral quer filosófica e eticamente. Essa situação fazia com que aumentasse a insatisfação da burguesia européia para com ela, pois a divergência entre o que se pregava e o que se praticava era flagrante como, por exemplo, a condenação da agiotagem e da ambição exagerada. Diante desses fatos, vários Estados nacionais buscaram restringir os poderes temporais da Igreja. Somava-se

a isto o descontentamento dos servos ao verem que ela defendia os poderosos e não lhes dava apoio, quer material quer espiritual (MORAES, 1993).

A organização feudal casava plenamente com os interesses da Igreja, pois os senhores feudais enviavam para Roma os impostos que arrecadavam a partir das penosas jornadas de trabalho dos servos. Desse modo, tanto a burguesia quanto o povo em geral eram contra a organização sócio-econômica estabelecida, da qual a Igreja fazia parte.

Nesse contexto, o espírito crítico dos intelectuais havia se desenvolvido o suficiente para buscar uma aproximação entre fé e razão, fazendo com que se começasse a questionar a filosofia e a ética cristãs professadas pela Igreja de Roma, bem como os costumes religiosos da época. Partindo desses questionamentos, surgiram as reivindicações de uma interlocução direta e individual com a divindade, sem a interferência clerical, e uma interpretação livre e pessoal dos textos bíblicos. Gradualmente foram se concretizando em partes do território europeu as condições objetivas para que se tentasse modificar as condições filosóficas, éticas e litúrgicas então existentes, tornando-as mais ajustadas aos tempos vividos (MORAES, 1993).

A chegada do século XVI encontrou o território da atual Alemanha, na época o Sacro Império Romano-Germânico, formado por vários principados autônomos que, visando a detenção do poder regional, mantinham muitos conflitos com o Sacro Império e a Igreja Católica, grande proprietária de terras e vinculada ao mundo feudal. Na ocasião, era grande a revolta dos camponeses por causa da exploração a que se viam submetidos e da burguesia por não poder desenvolver o comércio como desejava.

Nesse cenário, surgiu Martinho Lutero (1483-1546), um monge alemão da ordem de Santo Agostinho, professor universitário, que liderou um movimento em prol da reforma da Igreja. O marco inicial de sua luta contra os abusos do clero católico foi a apresentação das suas 95 teses contra a venda de indulgências. (ROGRIGUES; FALCON, 2000).

Lutero defendia a tese de que a fé precisava ser purificada a partir de um retorno à Igreja Primitiva, ainda não corrompida pelo paganismo, luxúria e ostentação. Percebia a Igreja Romana como símbolo da concupiscência e acusava o papa de ter se deixado levar pela depravação, pela cobiça e pela ânsia de poder. As idéias luteranas se difundiram pela Europa e fizeram vários adeptos, como João Calvino (1509-1564) na França e Útrico Zwinglio (1484-1531) na Suíça. Foi grande o impacto desses acontecimentos para a Igreja Católica uma vez que seus dogmas e a autoridade papal

foram profundamente abalados. Dentre as conseqüências mais sérias sofridas pela Igreja destacamos a perda da autoridade que até então possuía. A filosofia e a ética que pregava foram colocadas sob suspeita. Entretanto, numa atitude de teimosia, optou por permanecer fiel aos princípios do feudalismo e à filosofia e éticas que há tempos defendia. (ROGRIGUES; FALCON, 2000).

Aos reformadores coube, então, lutar pelas suas convicções e, afrontando o poder que ainda restava à Igreja, terminaram por elaborar uma nova vertente do cristianismo, mais condizente com as necessidades do mundo que despontava. Dessa forma, surgiu o protestantismo (MORAES, 1993).

Para combater as idéias e as perdas que os protestantes estavam impingindo aos católicos, o Papa Paulo III convocou um Concílio, em 1546, na cidade de Trento (Itália). Esse Concílio, que durou até 1562, procurou estreitar a união da Igreja e reprimir os abusos. As decisões tomadas pelos Bispos foram solenemente promulgadas em sessão pública, desencadeando uma série de atividades voltadas à defesa dos dogmas da Igreja Romana — ao conjunto dessas atividades deu-se o nome de “Contra-Reforma”. Nesse Concílio, definiram-se os objetivos, os meios e os métodos que seriam empregados para a condenação das heresias. A Inquisição foi ativada e criou-se o Index, uma lista de livros proibidos aos católicos (SOUTO MAIOR, 1971).

Dentre as principais medidas tomadas pelo Concílio estavam a condenação da doutrina protestante da justificação pela fé e a proibição dos príncipes interferirem nos negócios da Igreja. Nesse encontro também foram estipulados a existência do pecado original e que o texto bíblico traduzido por São Jerônimo era o autêntico, texto esse denominado de "Vulgata". Foram mantidos o celibato do clero, o culto dos santos e das relíquias, os sete sacramentos, a indissolubilidade do matrimônio, a doutrina do purgatório e as indulgências. Como uma medida para divulgação e manutenção da doutrina católica, foi recomendada a criação de Seminários, ou seja, escolas para a preparação de clérigos (SOUTO MAIOR, 1971).

Portugal, Espanha estavam entre os primeiros países a aceitar as medidas propostas pelo Concílio de Trento. Um dos marcos da Contra-Reforma, de incomensurável importância para a educação brasileira, foi a aprovação do projeto de Inácio de Loyola para a criação da Companhia de Jesus (1540) pelo Papa Paulo III (1534-1549). Tratava-se de uma congregação de clérigos regulares dispostos a

reconquistar para o catolicismo as regiões que haviam aderido ao protestantismo (POMBO, s.d.)

A Contra-Reforma visava combater as heresias e tinha a elite religiosa culta como população alvo. Perpassada pelo espírito evangélico, conseguiu aumentar o sentimento religioso, levando ao surgimento de muitas novas ordens religiosas e de formas originais de devoção, como a de tomar por modelo a vida das pessoas consideradas “santas” porque os santos teriam sido seres humanos autênticos, merecendo ser imitados.

Muitos membros da realeza europeia apoiaram a Contra-Reforma e lutaram contra o Protestantismo. Dessa forma, os católicos conseguiram recuperar para a Igreja várias regiões que haviam se tornado protestantes. Dentre os monarcas que se envolveram nessa empreitada destacaram-se Maximiliano da Baviera e Fernando II da Espanha. Juntamente com eles, os jesuítas tiveram grande peso no processo de reconquista católica.

Onde prevaleceu a Contra-Reforma, também prevaleceram o emprego da língua latina e a doutrina escolástica. A arte passou a ser um meio de propaganda e difusão da fé, potencializando os aspectos emocionais da religião, a ponto de se associar a arte barroca com arte da Contra-Reforma. As imagens se tornaram instrumentos da divulgação religiosa, ao contrário dos protestantes, que as proibiram.

Apesar de todos os esforços, a Contra-Reforma chegou tarde para os que haviam se rebelado contra a Igreja, sua filosofia, ética e costumes religiosos, pois não conseguiu reunificar a cristandade.

Os Jesuítas e o *Ratio Studiorum*

A Companhia de Jesus destacou-se principalmente por seu trabalho missionário e educacional, baseado na postulação da obediência total às escrituras e aos ensinamentos da Igreja Romana. Fazia parte de suas convicções a necessidade do luxo nas cerimônias religiosas. As idéias dessa organização influenciaram fortemente a sociedade europeia nos séculos XVI e XVII, porque muitos reis e nobres foram educados pelos seus membros.

Foi o Doutor Diogo de Gouveia, responsável pelo Colégio de Santa Bárbara em Paris, quem indicou a Companhia de Jesus ao rei de Portugal, D. João III, por considerá-la apta a converter todo tipo de pessoas. Convidado pela realeza, Inácio de

Loiola, líder dos jesuítas, enviou a Lisboa, em 1540, dois de seus companheiros: Francisco Xavier e Simão Rodrigues. Dessa forma, a Província de Portugal tornou-se, em 1546, a primeira província de toda a Ordem. (GONÇALVES, s.d.)

Os jesuítas foram educadores, confessores e pregadores dos reis e da corte portuguesa, mas se dedicaram com igual entusiasmo a inúmeras outras tarefas. Apelidados de "apóstolos" por causa da dedicação ao ensino, espalharam-se para a Ásia, África e América Latina. A primeira expedição ao Brasil, liderada pelo Padre Manuel da Nóbrega, ocorreu em 1549. (GONÇALVES, s.d.)

A influência dos pensadores humanistas pode ser notada no ideário religioso da época, tanto católico quanto protestante. No caso da pedagogia jesuítica, considerada por muitos como a mais bem sucedida pedagogia do renascimento, é patente essa herança, que se desvela em seus métodos filológicos humanísticos e sua filosofia geral da aprendizagem (SCAGLIONE, 1986).

Desde 1549, os jesuítas levaram a preocupação pedagógica a todos os cantos do Brasil. Fundaram colégios, seminários e escolas profissionalizantes. Aprenderam as línguas dos povos que evangelizavam e elaboraram suas gramáticas e dicionários, bem como obras catequéticas em seus idiomas. Foram os responsáveis pela organização da nossa primeira estrutura de ensino. (GONÇALVES, s.d.)

A presença dos jesuítas na América Latina provocou discórdias em Portugal, onde muitos a viam como ingerência ao Estado, em especial pela Ordem se opor à escravatura indígena. Uma de suas ações foi fundar uma liga de cidades-estado, as Missões, no sul do Brasil, organizadas conforme o ideal católico e que foram mais tarde destruídas por espanhóis e portugueses à cata de escravos. (GONÇALVES, s.d.)

Para garantir a eficácia e a uniformidade de suas ações pedagógicas, os jesuítas elaboraram uma espécie de lei orgânica, publicada em 1599: o *Ratio Studiorum*. Inicialmente, o documento foi pensado principalmente para ser aplicado na França e na Alemanha, onde o protestantismo estava penetrando mais intensamente, mas esse documento foi levado para todos os lugares onde estiveram (POMBO, s. d.)

Apesar das vitórias, ou por causa delas, o crescimento das missões fez com que se agravassem as divergências entre os padres e os colonos que utilizavam a mão-de-obra indígena. O conflito em São Paulo foi grande, sendo que em 1640 os religiosos precisaram se afastar de suas obras, voltando a elas em 1653, quando se estabeleceu um acordo entre as partes em litígio.

Outros violentos conflitos entre portugueses e jesuítas continuaram ocorrendo até 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou a Ordem, do Brasil e de Portugal. Após a saída dos jesuítas, Pombal mudou os estatutos dos colégios e das missões, impondo-lhes direções leigas. As causas dessas decisões foram diversas, uma delas foi o anticlericalismo que dominou a Europa na segunda metade do século XVIII, outra foi a Companhia de Jesus haver se transformado obstáculo ao projeto pombalino de implementar um sistema de ensino laico e centralizado no Estado. (GONÇALVES, s.d.)

Apesar da organização educacional jesuítica visar a conquista de novos adeptos ao catolicismo, o estado português exerceu intensa autoridade sobre as atividades da Ordem na colônia, por isso os trabalhos de evangelização não surtiram os resultados conforme os contra-reformadores esperavam. O resultado dessa situação foi o desenvolvimento de um tipo de catolicismo popular de fortes raízes culturais, porém teológica, ética e filosoficamente inconsistente. De qualquer forma, o catolicismo assim construído foi enormemente significativo para a construção da identidade e da unidade do povo brasileiro (MATOS, s.d.).

Hoje em dia, a Companhia de Jesus, tendo se reabilitado diante dos governos europeus, continua ativa no trabalho missionário e na educação. No Brasil, por exemplo, são responsáveis pela PUC do Rio de Janeiro e por diversos colégios importantes, como o São Luis Gonzaga em São Paulo e o Santo Inácio de Loyola no Rio de Janeiro. Alguns jesuítas latino-americanos adaptaram uma visão esquerdista do catolicismo ao desenvolver a Teologia da Libertação, contrária às orientações do Vaticano. Este tipo de opção política, embora já tenha sido sumariamente condenado pela Santa Sé, continua a ser um tema controverso entre alguns teólogos dissidentes, insubmissos a orientação oficial da Igreja.

Os protestantes no Brasil

Embora não seja habitual comentar-se a presença da filosofia e da ética cristãs protestantes na organização da educação brasileira com a mesma intensidade com que se faz a respeito das jesuíticas, não podemos nos esquecer de que nos séculos XVI e XVII a França e a Holanda invadiram o território nacional e de que muitos desses invasores eram protestantes. Os franceses, de 1555 a 1567, se fixaram na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Comandados por Nicolas Durand de Villegaignon, foram

apoiados pelo almirante Gaspard de Coligny, um admirador e futuro adepto do protestantismo francês (huguenote) (MATOS, s.d.).

Conforme Matos (s.d.), Villegaignon solicitou a João Calvino pastores e colonos evangélicos para colonizar a possessão francesa no Brasil, a chamada França Antártica. Atendido em sua solicitação, Villegaignon viu, em 1557, desembarcar no Rio de Janeiro alguns huguenotes liderados pelos pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier, que realizaram o primeiro culto protestante em terras brasileiras.

Pouco tempo depois, contudo, discordâncias entre Villegaignon e o pastor Chartier fez com que o grupo voltasse para a França. Como o navio em que viajavam apresentasse problemas, cinco deles pediram para regressar para terra firme, mas quatro acabaram enforcados por causa de suas convicções religiosas, sendo apenas poupado um, André Lafon, por ser o único alfaiate da colônia (MATOS, s.d.).

Matos (s.d.) relata que entre os calvinistas (huguenotes) houve tentativas missionárias para catequizar os nativos, mas diante da obstinação destes em rejeitar a fé cristã, desistiram, concluindo que provavelmente eles não pertenciam ao rol dos eleitos.

Em 1624, 57 anos após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, foi a vez dos holandeses invadirem o Brasil. Aportaram em Salvador, capital da colônia; mas essa investida durou pouco: foram banidos no ano seguinte. Inconformados com a derrota, voltaram em 1630, com a Companhia das Índias Ocidentais. Nessa ocasião, fixaram-se nas cidades de Recife e de Olinda, em Pernambuco. De 1637 a 1644, tiveram o príncipe João Maurício de Nassau-Siegen, mais conhecido por Nassau, como governador da recém instalada possessão. Gradativamente, a área sob o domínio batavo se espalhou pelas terras nordestinas. Protestante, Nassau destacou-se como administrador e incentivador das ciências e das artes. No campo religioso, tornou-se conhecido pela tolerância que demonstrou para com os habitantes católicos e judeus que viviam no território sob sua administração (MATOS, s.d.).

Nessa segunda investida, os holandeses permaneceram em terras brasileiras por 24 anos, tempo suficiente para instalarem muitas igrejas e congregações, havendo mais de 50 pastores e vários auxiliares, dentre os quais havia professores de escolas paroquiais. Esses protestantes se destacaram pela sua ação caritativa e missionária junto aos nativos. Tinham projeto de elaborar um catecismo para eles, de traduzirem a Bíblia para a sua língua e até mesmo ordenar pastores indígenas. De outro lado, levados por questões econômicas e contrariando os princípios cristãos, mantiveram o sistema de escravidão negra (MATOS, s.d.).

Por divergências com a Companhia das Índias Ocidentais, Nassau renunciou ao governo colonial em 1644. Logo após sua partida, iniciou-se, em 1645, a insurreição dos portugueses e brasileiros contra os invasores. Depois de longa luta, os holandeses foram expulsos (1654). Dessa data até a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, ficou proibida a entrada de protestantes em terras nacionais. Somente em 1808 que o Príncipe Regente, D. João, permitiu que protestantes desembarcassem oficialmente no Brasil. O primeiro capelão a aportar em território nacional foi anglicano, Robert C. Crane, que chegou em 1816. Contudo, estavam proibidos de conquistar adeptos e de se posicionar contra o catolicismo. Também não podiam construir capelas com aparência de templos ou usar sinos (MATOS, s.d.).

A atitude de abertura aos protestantes demonstrada por D. João deveu-se, em parte, às novas idéias que grassavam na Europa desde o século XVIII: as idéias iluministas, que influenciaram os intelectuais, os políticos e até mesmo vários sacerdotes católicos, e serviram para enfraquecer um pouco mais a Igreja Romana e fortalecer a abertura ao protestantismo.

Com a independência, em 1822, houve necessidade de povoar as terras com mão de obra especializada, por isso abriram-se os portos nacionais aos imigrantes europeus, dentre os quais encontravam-se muitos protestantes. Apesar de reafirmar o catolicismo como religião oficial do país, a Constituição Imperial de 1824, numa atitude de tolerância religiosa, concedeu relativa liberdade de culto para os não-católicos. Contudo, mesmo após essa decisão constitucional, os protestantes viveram no Brasil do século XIX sob várias restrições, como a de não poderem se casar com católicos no civil ou de enterrar seus mortos em cemitérios católicos, também não podiam usufruir os mesmos direitos educacionais que os adeptos da Igreja Romana (MATOS, s.d.).

Essa situação foi combatida por muitos políticos e intelectuais da época, mas perdurou por todo o Segundo Império, apenas sofrendo alterações após a chamada “Questão Religiosa” (1872-75), quando houve um confronto entre o governo e dois bispos do norte do Brasil (D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa). Esse confronto foi sério a ponto de colaborar para enfraquecer o Império e instaurar a República (MATOS, s.d.).

Com a Guerra Civil americana (1861-1865), muitos protestantes norte-americanos (presbiterianos, metodistas e batistas) imigraram para o Brasil, estabelecendo-se inicialmente na então Província de São Paulo. Em 1870, os

presbiterianos fundaram a Escola Americana (atual Universidade Mackenzie), na cidade de São Paulo (MATOS, s.d.).

No período republicano, houve uma renovação católica no Brasil, fazendo com que a Igreja se tornasse mais aberta e tolerante para com os outros grupos religiosos. Essa nova situação se iniciou em 1890, quando um decreto governamental separou a Igreja do Estado, garantindo aos protestantes total liberdade de culto e direitos legais semelhantes aos dos católicos.

Com a imigração protestante, houve a introdução do protestantismo missionário no Brasil. A atuação protestante teve início com a venda de Bíblias e literatura religiosa, sendo a Igreja Metodista Episcopal a primeira a realizar atividades missionárias junto aos brasileiros (1835-1841), fundando no Rio de Janeiro a primeira escola dominical do Brasil (MATOS, s.d.).

Além dessas denominações religiosas, muitas outras vieram para o Brasil, colaborando para a disseminação da filosofia e da ética cristãs protestantes junto ao povo brasileiro, e para a incorporação permanente das mesmas na educação no país.

Muitos foram os protestantes que ajudaram a trazer e fixar a filosofia e a ética cristãs protestantes no território nacional e influenciar a educação brasileira. Dentre eles, podemos destacar Daniel P. Kidder, pioneiro protestante que viajou por todo o país vendendo Bíblias e mantendo contactos com intelectuais e políticos da época, como o padre Diogo Antônio Feijó, regente do império (1835-1837).

Outros, dentre os muitos pioneiros, foram: James Cooley Fletcher (1823-1901), pastor presbiteriano que chegou ao Brasil em 1851 como novo capelão da Sociedade dos Amigos dos Marinheiros e como missionário da União Cristã Americana e Estrangeira; Robert Reid Kalley (1809-1888) que fundou em Petrópolis a primeira escola dominical permanente do país (1855) e sua esposa autora de um hinário *Salmos e hinos* (1861). Em 1870, os presbiterianos fundaram em São Paulo a Escola Americana (atual Universidade Mackenzie) e em 1888 organizaram o Sínodo do Brasil, marco da autonomia eclesiástica da Igreja Presbiteriana do Brasil (MATOS, s.d.).

A Igreja Protestante Episcopal foi a última das denominações a influenciar a educação brasileira com a filosofia e ética protestantes. Seu trabalho permanente data de 1890, com James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving. Eles se estabeleceram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, um estado até então pouco ocupado por outras missões (MATOS, s.d.).

O período republicano

No período republicano, a situação de discriminação que historicamente os protestantes sofriam no Brasil os levou a reagir, e uma das formas de reação foi a de, em 1903, instituir uma frente contra o catolicismo: era a Aliança Evangélica, organização criada inicialmente na Inglaterra (1846) e existente também nos Estados Unidos (1867). Entretanto, diferentes modos de perceber sua relação com os católicos surgiram entre os protestantes, sendo que algumas facções defendiam a aproximação dos dois grupos da cristandade. Por outro lado, em algumas regiões do Brasil, cresceram as hostilidades e perseguições dos católicos contra os protestantes (MATOS, s.d.).

Nos anos iniciais do século passado, algumas correntes teológicas protestantes norte-americanas, como o evangelho social, o movimento ecumênico e o fundamentalismo, influenciaram o protestantismo brasileiro. Na década de 1920, cresceu a consciência entre os protestantes de que era necessário lutar de forma mais contundente pelos seus direitos; foi o que fez o Rev. Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932) ao liderar um movimento nessa direção, que perdurou até a década de 1960 (MATOS, s.d.).

Atualmente, o que se nota é uma busca de aproximação entre católicos e protestantes. Não é difícil de se encontrar tentativas de harmonização da fé e das obras com as Escrituras. É freqüente que as partes busquem pontos de convergência nos valores unificadores do cristianismo. Como diz Mehl (Apud GREGGERSEN, s.d.), na Bíblia não existem padrões de comportamento acabados. A procura de uma *antropologia filosófica*, isto é, de visão de homem e de seu destino, é elemento que aproxima todos os cristãos, não importa se católicos ou protestantes. Todos buscam valores essenciais que, por serem essenciais, precisam ser compartilhados. É esta procura que vem dando sentido à filosofia e ética cristãs e “sua *missão* transcultural e transcendente neste mundo” (GREGGERSEN, s.d., s.p).

Conclusão

Neste artigo, procuramos tecer um percurso que pudesse evidenciar a importância da filosofia e ética cristãs na constituição da Educação Brasileira, tomando a educação em seu sentido amplo e não meramente a educação escolar.

Vimos que a educação brasileira teve início com a chegada da Ordem da Companhia de Jesus à Bahia, em 1549, juntamente com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza. Com os jesuítas, apesar na Europa estar se iniciando na modernidade, a educação estabelecida no Brasil foi marcada pela Contra-Reforma, sendo as grandes preocupações a catequização indígena e a educação da elite colonizadora .

Vimos, também que os jesuítas estavam preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, e criaram um sistema educacional que ministrava aos membros das classes dominantes uma educação clássica e humanista, mas garantindo uma perspectiva da idade Média. Por meio dessa educação, passava a filosofia e a ética cristãs na versão da Igreja Romana.

Durante os primeiros anos de colonização, não houve na Colônia nenhum pensamento que se contrapusesse ao católico. Segundo os valores então professados, difundiu-se no Brasil um pensamento de caráter medieval, de tradição escolástica, valorizando sobremaneira a submissão à autoridade em geral e à religiosa em particular. Não se admitia um juízo autônomo nem que se realizassem investigações ou experimentações. Essa situação ia à contra-mão do que estava ocorrendo na Europa, onde o homem de livre-pensamento estava se constituindo e se firmando, o mundo passava a ser visto como passível de transformações e o ser humano capaz de modificá-lo por meio do conhecimento.

Entretanto, se houve vários pontos negativos na educação jesuítica, houve também aspectos positivos, principalmente os que promoveram a constituição de uma identidade nacional. Dentre os fatores que contribuíram para que isso ocorresse, destacam-se: uma educação homogênea, que incluía o emprego da mesma língua em todo o território nacional, a transmissão de uma mesma visão de mundo e do mesmo ideal de “homem culto” (letrado e erudito), a propagação de uma mesma religião — o catolicismo.

Porém, se o catolicismo predominou na história da educação brasileira, não é menos verdade que o protestantismo interferiu nesse processo educacional desde a chegada dos franceses, na baía da Guanabara, em 1555.

Dessa data em diante, cada vez mais os protestantes penetraram na sociedade brasileira, inicialmente de forma clandestina, posteriormente legalizada embora discriminada e, finalmente com direitos iguais aos dos católicos, vencendo as discriminações e tecendo uma nova relação de tolerância e parceria entre as partes.

Diferentemente do que ocorreu com a filosofia e ética cristãs católicas, que moldaram o pensamento nacional em seus primeiros séculos, o pensamento e a ética protestantes trouxeram para o Brasil contribuições provenientes da modernidade européia, valorizando o livre pensamento, a autonomia para se interpretar a Bíblia, o incentivo às investigações e experimentações. Essa situação possibilitou a aproximação da nação brasileira daquilo que ocorria na Europa, onde o homem de livre-pensamento é valorizado e o mundo é visto como processo o ser humano capaz de transformá-lo através da Ciência.

Finalizando, concluímos destacando que hoje encontramos tolerância entre católicos e protestantes, uma busca de pontos de intersecção entre as filosofias e as éticas dos dois grupos cristãos, mesmo porque, se são cristãos, deve haver entre eles pontos essenciais que ambos devem advogar, caso contrário não poderiam ser classificados na mesma categoria de “cristãos”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Amândio Jorge Morais. Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI. In: *Biblioteca Digital*. Vol. I. Faculdade de Letras da Universidade Do Porto. Porto, 2006. (p. 49-70).

GONÇALVES, Nuno da Silva, SJ. *A Companhia de Jesus em Portugal*. s.d. Disponível em: <http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm>. Acesso em: 21.fev.2007.

GREGGERSEN, Gabriele. *O Protestantismo e os Valores Éticos*. s.d. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirand15/gabriele.htm#_ftn1> . Acesso em: 30.set.2008

MATOS, Alderi Souza de. *Breve história do protestantismo no Brasil*. s.d. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/6994.html>>. Acesso em: 10. set. 2008.

MEHL, Roger, *Catholic Ethics and Protestant Ethics*. Philadelphia: Westminster Press, 1968.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Caminhos das Civilizações – Da Pré-História aos dias atuais*. São Paulo: Atual, 1993.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As Origens da Educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

POMBO, Olga. *Breve História Da Fundação Da Companhia De Jesus*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. s.d. Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/_private/hj.htm
Acesso em: 07 de out. de 2008.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos Modernos: Ensaio de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCAGLIONE, A . *A Contra-Reforma e os colégios jesuítas – origem, organização e governo*. (Excertos de: *The liberal arts and the Jesuit college system*, Amestardam /Philadelphia: John Benjamin, 1986, capítulo III, pp. 51-74). Trad. Janine Figueirinhas Catarino. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/coljes.htm>. Acesso em: 09.out.08.

SOUTO MAIOR, A. *História Geral*. 14a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.